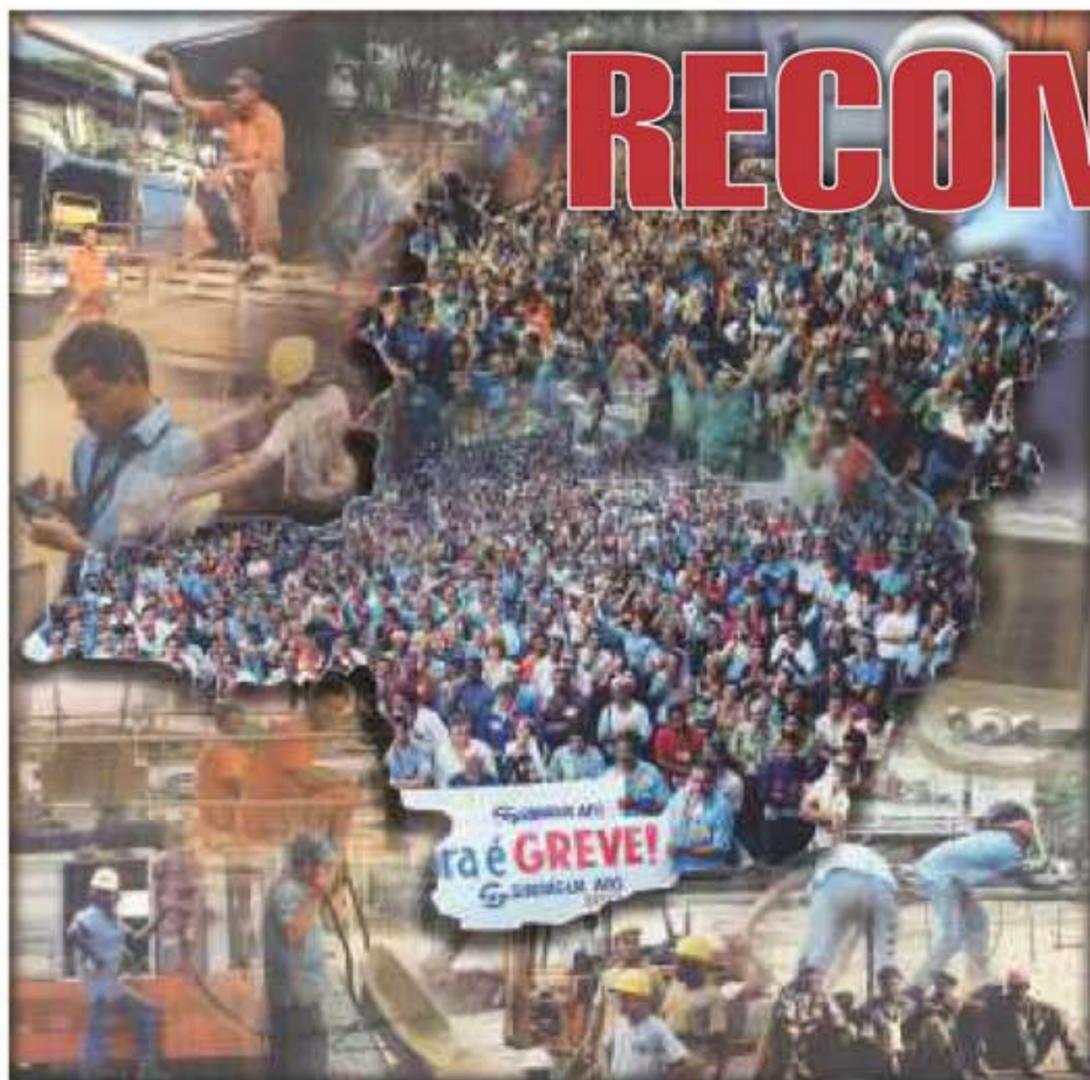


SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



RECONSTRUÇÃO



Passado um ano do novo Governo de Minas e afastados problemas da crise hídrica herdada da gestão tucana, a atual direção da Copasa realizou obra vital para o abastecimento de Região Metropolitana de Belo Horizonte com a transposição do Rio Paraopeba, o que irá, inclusive, recuperar seu nível de receita. Cobramos e foi implementada a redução da distribuição de lucro para acionistas, de 35% para 25%, além de diminuir o número de diretorias.

A empresa implementou o PDVI, que possibilita uma forte redução na folha de salários e esperamos que sejam atendidas também medidas urgentes como o fim da política de porte, elaboração de um PCCS que recupere os salários, correção dos desvios de função e implantação definitiva das movimentações de cargos, além de aplicar a correção de 5% nos salários resultado de reavaliações realizadas e programadas desde o ano passado. Cobramos da empresa a reposição de vagas e uma efetiva política para garantir a qualidade dos serviços de saneamento.

COPASA DESRESPEITA E ASSEDIA TRABALHADORES

Numa reunião com a presidente da Copasa, Sinara Meireles, o Sindicato foi informado que os trabalhadores colocados no “trans” teriam todos os seus direitos respeitados e que voltariam à atividade normal assim que fosse identificada nova lotação. Segundo a presidenta da empresa, cada trabalhador seria entrevistado para verificar sua adaptação à nova função, até que fosse identificada aquela com sua aptidão.

Temos, no entanto, relatos emocionados de trabalhadores que se sentem, com razão, vítimas de assédio, deixados sem atividade, salas sem senhas e nenhum acesso a computadores. Fica caracterizada uma situação de severa pressão emocional, levando companheiros ao estresse, pressão alta e riscos à sua saúde.

O Sindicato levanta, inclusive, os relatos dos trabalhadores e solicitou ao departamento jurídico da entidade procedimentos para a defesa dos companheiros, cobrando da empresa sua responsabilidade pelos males advindos desta pressão desumana sobre cada um.

Orientamos cada companheiro a denunciar ao sindicato qualquer pressão, de forma a documentarmos ação que eventualmente seja necessária e encaminhada pelo jurídico para

termos nossa condição humana e de trabalhadores respeitada.

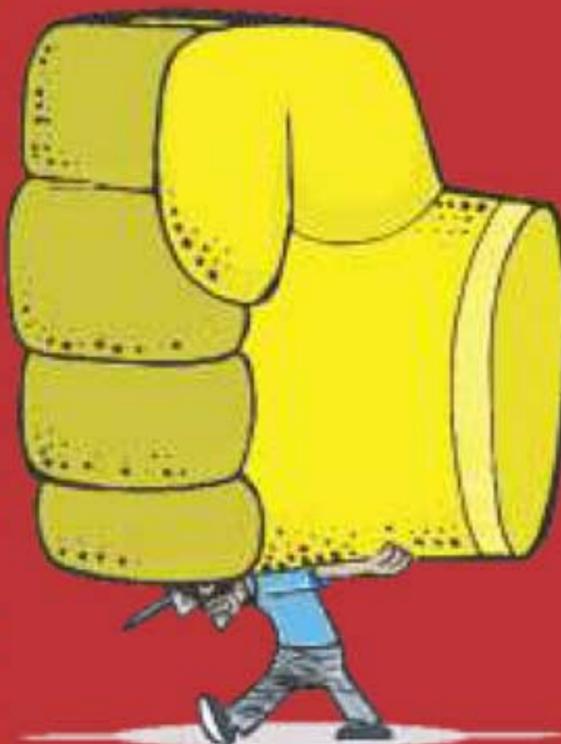
COMPROMISSO DE RESPEITAR DIREITOS

O Sindicato questiona com rigor a direção da empresa sobre as alterações realizadas em sua estrutura, onde extinguiu distritos e departamentos e deixa trabalhadores inseguros sobre onde trabalharão e quanto à preservação de direitos ao serem lotados em novas localidades. Segundo a empresa, cada diretoria regional preservará todos os cargos, como também os trabalhadores serão ouvidos sobre eventuais transferências de seu interesse.

O Sindicato também não aceita práticas de prejudicar trabalhadores com mais de 30 anos de empresa, que não se aposentaram e que não têm idade suficiente para requerer benefício como o da Libertas, que exige 58 anos.

A ordem de cortar custos vem provocando absurdos, como a denúncia de trabalhador que relata que as horas extras trabalhadas são remuneradas até a 25ª, sendo as outras perdidas em um banco de horas fantasma e extra-oficial.

O Sindicato está levantando todas estas denúncias para que acionemos a empresa na Justiça para que as irregularidades não se transformem em dia a dia na empresa.



Ano novo exige mobilização dos trabalhadores e da sociedade

Em 28 de julho de 1981 - Há 36 anos o Ministério do Trabalho concedia a Carta Sindical que transforma a nossa "Associação Profissional", criada em 29 de janeiro de 1980, em Sindicato.

Ganhava força ali, ainda em plena ditadura, a história de luta dos trabalhadores no saneamento em Minas Gerais, com o marco histórico lançado pelos companheiros da Copasa. A rigor, a nova entidade, participou ativamente dos movimentos sociais pelo fim da ditadura militar e redemocratização do País. Caminhou contra candidaturas presidenciais que representavam articulações que viviam na sombra do regime de exceção. Participamos ativamente da eleição de um governo de compromissos sociais.

No início de vida do SINDÁGUA, precisávamos lutar diariamente contra uma inflação gigantesca, ao ponto de fazermos uma greve de 22 dias, em 1990, para garantir nos salários um reajuste salarial de 84,32% que estava sendo zerado pelo Plano Collor. Foram dezenas de passeatas, de mobilizações, paralisações e negociações eficientes, que construíram uma carteira respeitável de direitos para os trabalhadores, como quinquênio de 10%, anuênio de 2%, gratificação de férias, que caminhou de 30% do salário base, passando para 40%, 50% subindo gradativamente até 90% "da remuneração", auxílio creche, Participação nos Lucros com pagamento de valor igual para todos os trabalhadores



no valor de 6,25% do lucro líquido e uma série de conquistas ao longo dos acordos coletivos firmados pelo Sindicato.

CATEGORIA MOBILIZADA

Tudo isto dependeu basicamente de uma marca registrada dos trabalhadores: sua disposição de luta, consciência da importância de exigir condições humanas de trabalho, tornando nossa categoria numa referência de conquistas.

Junto aos trabalhadores, segundo as orientações da categoria, as várias diretorias que passaram pelo SINDÁGUA honraram o voto de confiança nas eleições democráticas realizadas ao longo dos anos.

Este empenho da categoria e da organização sindical que a representa volta a ser imprescindível neste momento

em que vivemos, lacerados por uma crise política e econômica e uma luta intestina pelo poder, que impede a unidade dos representantes políticos na gestão do Estado e do próprio País.

Este é um clima de ameaças de cortes de direitos, tentativas de jogar a CLT no lixo, de retrocesso nas condições sociais conquistadas desde a Constituição de 1988. Continuamos nossa história de superação para colaborarmos e exigirmos políticas públicas sociais e de manter nosso trabalho com a mesma qualidade necessária a um serviço essencial para a população, como é o saneamento.

Lembramos o aniversário do SINDÁGUA para remarcar este compromisso e manter sempre acesa nossa disposição de luta pelos justos interesses coletivos dos trabalhadores e da sociedade.

FORTALEÇA AS LUTAS DA CATEGORIA
SINDICALIZE-SE
Direito respeitado é categoria mobilizada

PARA CONTER CUSTOS, COPASA ENROLA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS GRAVES

Empurrar com a “barriga” é a expressão adequada para a atitude da Copasa em não solucionar problemas graves reclamados pelos trabalhadores e cobrados pelo Sindicato há muitos meses.

Por mais que o sindicato cobre, continuam ainda sem respostas questões vitais como os limites colocados para que trabalhadores realizem seus exames médicos periódicos, criando um processo burocrático para dificultar a realização de procedimentos indicados pelo médico.

Outra grande demanda, que deixa a categoria aflita, é a luta da categoria para acabar com a imoral política de porte sobre os salários, que quebra a isonomia de salários para as mesmas funções conforme o tamanho dos municípios operados. Esta política, que existia também em São Paulo, na Sabesp, foi abolida através de acordo coletivo, pondo fim nos salários regionais. Na Copasa, no entanto, continuamos a conviver com esta excrescência que prejudica não apenas os trabalhadores mas à própria empresa, inibindo processos de transferências por causa das diferenças de salários entre localidades.

Esperamos que tal situação seja imediatamente corrigida com a elaboração de um novo Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS). Lamentamos, no entanto, que a Copasa esteja demorando muito para avançar nas discussões do PCCS. Através da “Cláusula Segunda” do Acordo Coletivo 2015, a empresa se comprometeu em concluir em 11 meses após a criação da comissão de estudos e apresentar a proposta de PCCS, para aprovação da diretoria executiva e Conselho de Administração, contemplando mudanças na política de porte, estabelecer critérios de progressão na carreira e nova tabela salarial. O prazo vai passando e a empresa caminha de forma muito morosa nas discussões.

Teremos os estudos do novo plano dentro de uma outra realidade, a de uma empresa que enxugou os cargos, sem ouvir, até agora, as exigências do sindicato para reposição de vagas.

Antes disto, no entanto, a Copasa promoveu mudanças determinantes na estrutura funcional, com um PDVI que desligou cerca de 800 trabalhadores, renomeou chefias e alteração nos distritos.

Causa também ansiedade nos trabalhadores a demora da empresa em promover o reajuste de 5% para trabalhadores que tiveram reavaliação de crescimento ainda no ano passado, além das esperadas e necessárias movimentações de cargos que estão represadas. Os trabalhadores reclamam também do irregular corte dos dois tickets no final do ano para que pudessem comprar presentes de Natal para os filhos e os companheiros amargam com um ticket de viagem com valor menor que o do ticket alimentação, justamente para os momentos de viagem quando enfrentam preços maiores na alimentação em restaurantes de estrada.

PDVI acontece com a plena defesa do direito

Desde o início de janeiro grande número de trabalhadores já compareceram ao SINDÁGUA para a homologação das rescisões de contrato com a Copasa através do Programa de Desligamento Voluntário Individual.

O Sindicato montou toda a estrutura necessária ao atendimento dos trabalhadores, para esclarecimentos e orientações até a conferência dos acertos, de forma a garantir o

respeito a todas as verbas consagradas pelos direitos conquistados pela categoria ao longo dos anos em nossos acordos coletivos.

Cada um dos trabalhadores que passou pela homologação foi ainda orientado que o Departamento Jurídico do SINDÁGUA estaria também à disposição para qualquer eventual reclamação trabalhista de algum direito que pudesse estar sendo prejudicado neste acerto.



REPOSIÇÃO DE VAGAS JÁ!

O PDVI agravou ainda mais a carga de trabalho dentro da Copasa, sobretudo em cima dos companheiros na área operacional. O esforço da empresa em “meter o machado” no empregos, sobretudo os de maiores salários não veio acompanhado da necessária reposição de vagas, principalmente nos distritos operacionais, que desempenham suas atividades com carência de mão de obra e sobre-esforço dos trabalhadores.

O Sindicato vem cobrando insistentemente da empresa a realização de concursos para provimento de vagas, além de promover trabalhadores internamente para vagas existen-

tes e que são imprescindíveis para a continuidade operacional dos serviços com qualidade.

A situação construída pela nova direção é de eliminar vagas, sobrecarregar os companheiros diante de uma demanda crescente de serviços, numa clara iniciativa para geração de caixa, sem se preocupar com as carências funcionais e exigências dos consumidores.

Esta é a hora de exigirmos o pagamento pela maior produtividade dos trabalhadores, de exigir condições humanas de trabalho e severa fiscalização sobre os direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Cemig e Governo frustram compromissos assumidos pela qualidade de serviços

A greve dos trabalhadores da CEMIG suspensa depois de mais de dois meses pelo não atendimento de uma política de resgate da empresa, que vinha sendo sucateada pelos governos tucanos, e o não atendimento de direitos reivindicados coloca em cheque os compromissos assumidos ainda em campanha eleitoral pelo governador Fernando Pimentel.

Enquanto os tucanos reduziram o quadro efetivo da empresa de 18 mil para 8 mil trabalhadores, inchando a prestação de serviços com empregados de empreiteiras, a empresa ainda praticava uma distribuição escandalosa de 100% dos lucros para os acionistas.

Pimentel, então candidato ao governo, se comprometeu em resgatar o compromisso social da empresa, acabar com a terceirização com contratação própria de trabalhadores, colocar fim na sangria dos cofres da empresa pela ganância de acionistas pelo lucro fácil, fazer reinvestimentos para qualificar a prestação de serviços aos consumidores.

Logo no primeiro ano, os trabalhadores assumiram o sacrifício no processo de recuperação da empresa, mas se viram prejudicados com valores de PLR totalmente desiguais, com pagamento de valores astronômicos para os altos salários, enquanto o grosso dos trabalhadores ficava "a ver navios". A direção da empresa e o Governo de Minas viraram as costas aos trabalhadores e ao compromisso de recuperar a reputação de qualidade da empresa. Os trabalhadores reivindicam um aumento real de 6% pela produtividade de 2014 e 4,87% pela produtividade de 2015; contratação imediata de 1,5 mil eletricitistas na Cemig, aprovados no último concurso público; e assinatura de Acordo de Primarização (fim das terceirizações das atividades-fim), mas empresa e gover-



no fazem "ouvido de mercador".

A empresa continua hoje com 8 mil trabalhadores diretos cerca de 25 mil terceirizados.